

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	7
PLANO DO CURSO	9
ABREVIATURAS E SIGLAS	11
BIBLIOGRAFIA GERAL BÁSICA	17
MODO DE CITAÇÃO E INDICAÇÕES ÚTEIS	19

INTRODUÇÃO

Do Direito Comercial ao Direito do Mercado

1. A atividade comercial e o comércio como objeto do Direito Comercial	23
1.1. A noção de Direito Comercial e sua evolução para o Direito do Mercado	23
1.2. O objeto do Direito Comercial	28
1.2.1. Comércio em sentido económico e comércio em sentido jurídico	28
1.2.2. O artigo 1º do Código Comercial	30
1.3. Qualificação e regime de Direito Comercial	30
2. Evolução histórica do Direito Comercial	31
2.1. Contexto mundial (ou europeu)	31
2.1.1. Primórdios do Direito Mercantil	31
2.1.2. Direito Comercial como Direito de classe	34
2.1.3. A Revolução Francesa e o movimento codificador subsequente: a objetivação do Direito Comercial	34
2.1.4. O Código Comercial alemão de 1897 (HGB) e o retorno às origens	35
2.1.5. A fragmentação do Direito Comercial e a generalização dos negócios jurídico-mercantis	36

2.1.6.	A crise da economia mundial espoletada pelo <i>subprime</i>	37
2.2.	Direito Comercial português	38
2.2.1.	Período inicial: da nacionalidade às Ordenações Afonsinas	38
2.2.2.	Segunda fase: das Ordenações Afonsinas à Lei da Boa Razão	39
2.2.3.	O iluminismo: da Lei de 18 de agosto de 1769 até ao Código Comercial de 1833	39
2.2.4.	O Código Comercial de 1833	40
2.2.5.	O Código atual (1888)	41
2.2.6.	O futuro do Direito Comercial	43
2.2.6.1.	O Direito Comercial como o Direito do Crédito	43
2.2.6.2.	A exclusão e autonomização do Direito Marítimo, pela sua Especificidade, e a sua integração no Direito do Mercado, conjuntamente com os demais ramos que (também) se autonomizaram	45
3.	A questão da (subsistência da) autonomia do Direito Comercial	46
3.1.	Caracterização	46
3.1.1.	Delimitação da questão; espécies de autonomia	46
3.1.2.	Autonomia formal	47
3.1.3.	Autonomia substancial	47
3.1.4.	Autonomia didática	49
3.2.	A posição de Oliveira Ascensão; apreciação crítica	50
3.3.	Fundamento: a tutela do crédito	51
3.4.	Os princípios do Direito Comercial	52
3.4.1.	Celeridade (e simplicidade de formas e de fórmulas)	52
3.4.2.	(Facilidade de) Prova	53
3.4.3.	Garantia: solidariedade	53
3.4.4.	Segurança e boa fé	54
3.5.	A regulação (com autonomia) dos contratos comerciais pelo Código Comercial; <i>remissão</i>	54
3.6.	O impacto do fenómeno da globalização da economia na disciplina do Direito Comercial (interno)	55
3.7.	O Direito Comercial Internacional; <i>remissão</i>	55
4.	Fontes	56
4.1.	Direito interno	56
4.1.1.	As fontes	56
4.1.1.1.	A lei: Código Comercial, outros Códigos e legislação extravagante; interpretação	57
4.1.1.2.	O costume e os usos comerciais	60
4.1.2.	As lacunas: lacunas intencionais e integração	64
4.2.	Fontes internacionais	65
4.2.1.	Convenções internacionais e Direito uniforme	65

4.2.2.	Direito da União Europeia	65
4.2.3.	<i>Lex mercatoria</i>	66
5.	A noção de atos de comércio e os modernos contratos comerciais	67
5.1.	O sistema dos atos de comércio: o artigo 2º do Código Comercial. Enquadramento da questão da qualificação dos atos jurídicos mercantis	67
5.2.	O conceito de comerciante: o artigo 13º, número 1 do Código Comercial	69
5.3.	Os atos preparatórios da atividade comercial: uma primeira abordagem do art. 230º	69
5.3.1.	O regime jurídico aplicável aos atos preparatórios da atividade mercantil	69
5.3.2.	Âmbito e relevância desta disposição legal	70
5.3.3.	O artigo 230º como norma qualificadora autónoma da matéria mercantil	71
5.4.	Atos de comércio objetivos: o artigo 2º, I parte do Código Comercial	72
5.4.1.	Atos de comércio absolutos	72
5.4.2.	Atos objetivos por acessoriedade objetiva	73
5.4.3.	Atos objetivos por acessoriedade subjetiva	73
5.4.4.	Âmbito; interpretação extensiva e analogia	73
5.5.	Atos de comércio subjetivos (art. 2º, II parte do CCom) e respetivos requisitos objetivos	74
5.6.	Atos de comércio puros e mistos; regime dos atos de comércio mistos: o artigo 99º do Código Comercial	76
5.7.	Os atos formalmente comerciais	77
5.8.	A rejeição da chamada <i>teoria do acessório</i>	77
5.9.	Os contratos comerciais; <i>remissão</i>	78

CAPÍTULO I

Concorrência e Propriedade Industrial

6.	O mercado e a defesa da concorrência	79
6.1.	O mercado e a concorrência	80
6.2.	A disciplina da concorrência: interesses envolvidos	80
6.3.	Práticas individuais (proibidas)	81
6.4.	Práticas concertadas (coletivas)	83
6.4.1.	A lei da concorrência	84
6.4.2.	Práticas concertadas (proibidas)	85
6.4.3.	Posição dominante abusiva	86
6.4.4.	Dependência económica abusiva	87
6.4.5.	Auxílios públicos	88

6.5.	Concentração de empresas	89
6.5.1.	Relevância e implicações	89
6.5.2.	Atos relevantes de concentração	90
6.5.3.	Caracterização	91
6.5.4.	Dever de notificação prévia	91
6.5.5.	Proibição de concentração; exceções	92
6.6.	A defesa da concorrência	92
6.6.1.	Tutela da concorrência	92
6.6.2.	Processo sancionatório relativo a práticas restritivas (da concorrência)	93
6.6.3.	Contraordenações, coimas e recursos	93
7.	A propriedade industrial	94
7.1.	Relevância e enquadramento da matéria	94
7.2.	Função social e âmbito da propriedade industrial	96
7.3.	O regime jurídico dos direitos privativos da propriedade industrial	97
7.3.1.	Invenções	97
7.3.2.	Marcas	99
7.3.2.1.	Conceito	99
7.3.2.2.	Revisão do conceito legal de marca	101
7.3.2.3.	Proteção da marca; registo e tutela de facto	102
7.3.3.	Os (nomes de) domínios de Internet	104
7.3.4.	Outros direitos privativos da propriedade industrial	105
7.4.	A concorrência desleal	106
7.5.	O alargamento da tutela dos direitos privativos (por via internacional)	108
7.5.1.	A proteção dos direitos privativos no plano internacional	108
7.5.2.	A Convenção da União de Paris	109
7.5.3.	Outros Acordos e tutela comunitária	109

CAPÍTULO II

Empresa e estabelecimento comercial

8.	A empresa comercial	112
8.1.	A empresa (em geral)	112
8.2.	Tentativa de construção de um conceito jurídico (de empresa)	116
8.2.1.	Conceção subjetiva (de empresa)	117
8.2.2.	Sentido objetivo (de empresa)	117
8.2.3.	Relevo patrimonial (da empresa)	118
8.2.4.	Perspetiva institucional	118
8.2.5.	Crítica dos diversos significados de empresa	118
8.2.6.	Conceito de empresa; posição adotada	119
8.3.	Análise do artigo 230º do Código Comercial e seu significado	121

8.3.1.	Doutrina nacional anterior a 2000	121
8.3.1.1.	Enquadramento	121
8.3.1.2.	O art. 230 ^o do CCom e as atividades objetivamente comerciais	121
8.3.1.3.	A qualificação do comerciante pela prática de atividades empresariais	123
8.3.1.4.	A qualificação das empresas como comerciais e a ampliação dos atos de comércio	124
8.3.1.5.	As empresas como sujeitos de Direito Comercial antes da sua constituição como tais	125
8.3.1.6.	A Teoria Jurídica da Empresa	125
8.3.2.	Doutrina portuguesa atual (séc. XXI)	127
8.3.2.1.	Coutinho de Abreu	127
8.3.2.2.	Menezes Cordeiro	128
8.3.2.3.	Cassiano dos Santos	128
8.3.2.4.	Pais de Vasconcelos	129
8.3.3.	Posição adotada	129
8.3.3.1.	Âmbito e alcance do art. 230 ^o	129
8.3.3.2.	A exclusão da comercialidade de certas empresas	131
8.3.3.3.	Interpretação do art. 230 ^o	134
8.3.3.4.	Síntese conclusiva	135
8.4.	A relevância da empresa como sujeito do Direito (Comercial) português; o substrato empresarial das sociedades comerciais	136
8.4.1.	Empresa mercantil e sociedade comercial	136
8.4.2.	A sociedade ocasional	139
8.4.3.	A sociedade oculta	140
9.	O estabelecimento comercial	141
9.1.	Conceito	141
9.2.	Caracterização (composição)	142
9.2.1.	Elementos corpóreos	142
9.2.2.	Elementos incorpóreos	142
9.3.	Natureza jurídica	143
9.4.	Transmissão	143
9.4.1.	Trespasse	144
9.4.2.	Cessão da exploração	146
9.5.	O estabelecimento comercial como garantia	147
9.6.	Substituição do nome e insígnia do estabelecimento comercial pelo logotipo	147
9.7.	O Estabelecimento (mercantil) Individual de Responsabilidade Limitada; <i>remissão</i>	148
9.8.	Empresa e estabelecimento: confronto	148

CAPÍTULO III

Sujeitos do Direito Comercial e do Mercado

10. O acesso à atividade comercial. Pessoas singulares	149
10.1. A aquisição da qualidade de comerciante (individual) e as proibições para comerciar	149
10.1.1. O conceito de comerciante: o artigo 13º, número 1 do Código Comercial	149
10.1.2. Capacidade e profissionalidade do exercício do comércio	150
10.1.3. As proibições para comerciar; caracterização	151
10.2. Os comerciantes e as empresas comerciais individuais; <i>remissão</i>	152
10.3. O regime da responsabilidade pelas dívidas contraídas pelo cônjuge comerciante	153
10.3.1. Responsabilidade pelas dívidas contraídas pelo cônjuge comerciante	153
10.3.1.1. Importância prática	153
10.3.1.2. Espécies de dívidas	154
10.3.2. O artigo 15º do Código Comercial: as dívidas comerciais do cônjuge comerciante	155
10.3.2.1. A presunção	155
10.3.2.2. O artigo 1691º, número 1, <i>alínea d</i>) do Código Civil	155
10.3.2.3. Conceito de dívida comercial	156
10.3.2.4. Dívidas consubstanciadas em títulos de créditos	157
10.3.2.5. Conclusão	157
10.4. Comunhão e transmissão de empresas comerciais	158
10.4.1. Situações de comunhão	158
10.4.2. A sucessão nas empresas comerciais singulares	159
10.4.3. A antecipação da sucessão: o protocolo familiar nas empresas e nos grupos familiares	159
11. O estabelecimento (mercantil) individual de responsabilidade limitada (EIRL)	162
11.1. Justificação do instituto e linhas gerais do regime jurídico; confronto com as sociedades unipessoais (<i>maxime</i> por quotas)	162
11.2. Linhas gerais do regime jurídico	162
11.2.1. Titularidade, capital e objeto	162
11.2.2. Responsabilidade do EIRL pelas dívidas comuns	163
11.2.3. Responsabilidade do património geral pelas dívidas resultantes do EIRL	163
11.3. Natureza jurídica	163
11.4. Apreciação global; o estertor do EIRL	164
12. As sociedades comerciais	164

12.1. Conceito	165
12.2. Os diversos tipos de sociedades (comerciais)	166
12.2.1. O princípio da tipicidade; conteúdo	166
12.2.2. Os (quatro) tipos sociais	166
12.2.2.1. Sociedades em nome coletivo	166
12.2.2.2. Sociedades por quotas	167
12.2.2.3. Sociedades anónimas	168
12.2.2.4. Sociedades em comandita	171
12.3. As formas de organização das empresas plurissocietárias	172
12.3.1. Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS)	172
12.3.2. Grupos de sociedades	174
12.3.3. Diferenciação (entre SGPS e grupo de sociedades)	175
12.3.4. Grupos de sociedades em sentido jurídico e em sentido económico	175
12.4. Sociedades transnacionais: a Sociedade Anónima Europeia	176
13. Outras entidades personalizadas	177
13.1. Agrupamentos Complementares de Empresas e Agrupamentos Europeus de Interesse Económico	177
13.1.1. Agrupamentos Complementares de Empresas	177
13.1.2. Agrupamentos Europeus de Interesse Económico	178
13.2. Cooperativas	179
13.2.1. Noção	179
13.2.2. Enquadramento legal	180
13.2.3. Qualificação	180
13.3. Empresas Públicas	181
13.3.1. Noção e enquadramento legal	181
13.3.2. Regime legal	184
13.3.3. Natureza jurídica	185
13.3.4. As empresas locais	186
13.4. O recurso (impróprio) às Fundações para prosseguir fins comerciais	188
14. Os consumidores	190
14.1. Enquadramento normativo	190
14.2. A tutela do consumidor	193
14.2.1. Âmbito de aplicação da lei; a noção de consumidor	193
14.2.2. Os direitos e garantias do consumidor	195
14.2.3. A lei das cláusulas contratuais gerais	196
14.2.3.1. Origem e conceito de cláusulas contratuais gerais	196
14.2.3.2. A lei das cláusulas contratuais gerais	197
14.2.4. A proteção do consumidor por recurso aos princípios gerais do Direito Civil e das Obrigações	198

14.2.5. Os contratos celebrados à distância; <i>remissão</i>	199
14.2.6. Entidades de tutela do consumidor	199
14.3. A publicidade: enquadramento normativo	200
15. O estatuto (próprio e) comum dos sujeitos de Direito Comercial	201
15.1. Razão de ser das regras aplicáveis aos intervenientes na atividade comercial	201
15.2. A firma da empresa comercial	202
15.2.1. Noção. Sentido subjetivo	202
15.2.2. Princípios caracterizadores	204
15.2.2.1. Princípio da verdade	204
15.2.2.2. Princípio da exclusividade	205
15.2.3. A identificação das sociedades comerciais pela respetiva firma	206
15.3. Escrituração mercantil e prestação de contas	206
15.3.1. Escrituração mercantil	206
15.3.2. Regime específico de prova	207
15.3.3. A obrigação de dar balanço e prestação de contas	208
15.3.4. A Informação Empresarial Simplificada (IES)	208
15.3.5. Obrigação de arquivar documentação	209
15.4. O arresto (preventivo)	209
15.5. A insolvência; <i>remissão</i>	210
16. Insolvência	211
16.1. Significado e regulação: o CIRE	211
16.2. A pré-insolvência: o PER (Processo Especial de Revitalização)	214
16.3. A situação de insolvência	215
16.3.1. Âmbito e ocorrência	215
16.3.2. O dever de apresentação à insolvência	215
16.3.3. A insolvência requerida por terceiros	217
16.4. O processo de insolvência	217
16.4.1. Caracterização e início	217
16.4.2. Intervenientes	218
16.4.2.1. O insolvente	218
16.4.2.2. O administrador da insolvência	218
16.4.2.3. A comissão de credores	219
16.4.2.4. A assembleia de credores	219
16.4.2.5. Os credores individualmente considerados	220
16.4.3. Marcha do processo	220
16.4.3.1. Petição inicial	220
16.4.3.2. Oposição	220
16.4.3.3. Sentença	221
16.4.4. A resolução de atos jurídicos em benefício da massa insolvente	221
16.4.5. Administração e liquidação da massa insolvente	221

16.5. Efeitos da declaração de insolvência	222
16.5.1. Efeitos sobre o devedor e sobre os seus gestores	222
16.5.2. Efeitos da insolvência sobre os créditos	224
16.5.3. Efeitos da insolvência sobre os negócios em execução	224
16.5.4. Efeitos processuais	225
16.5.5. Resolução em benefício da massa insolvente; <i>remissão</i>	225
16.6. O plano de insolvência	226
16.6.1. Caracterização e conteúdo	227
16.6.2. Aprovação e homologação	228
16.6.3. Efeitos da aprovação e homologação	228
16.6.4. Execução do plano	229
16.6.5. Incumprimento	230
16.6.6. Recusa de aprovação ou de homologação do plano	231
16.7. Encerramento do processo de insolvência	231
16.8. O RERE	232
16.9. Outras medidas de recuperação de empresas	233
16.9.1. O aumento do capital por conversão de suprimentos	233
16.9.2. Conversão de (outros) créditos em capital	234
17. Registo, supervisão e foro específicos da atividade comercial	234
17.1. O registo comercial	235
17.1.1. Âmbito: registo de entidades e de situações jurídico-mercantis	235
17.1.2. Registo <i>on-line</i>	236
17.1.3. Certificação dos atos registados; a certidão permanente	236
17.2. Supervisão (externa) de atividades comerciais; os reguladores	237
17.2.1. A regulação económica	237
17.2.2. Autoridade da Concorrência e a defesa do mercado; enquadramento normativo	237
17.2.2.1. Criação da instituição e finalidade	237
17.2.2.2. Articulação com outras entidades reguladoras	239
17.2.3. O mercado de valores mobiliários: a CMVM	241
17.2.4. Atividades financeira e seguradora: Banco de Portugal e Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões	243
17.2.5. Outros reguladores de atividades económicas específicas	244
17.3. Os tribunais judiciais (juízos de comércio) e o recurso aos tribunais arbitrais	244
17.3.1. Tribunais judiciais (comuns)	244
17.3.2. O juízo de comércio dos tribunais judiciais	245
17.3.3. Tribunais arbitrais (internos e internacionais)	246
17.3.4. Outros meios de resolução alternativa de litígios	247

CAPÍTULO IV
Contratos comerciais

18. Contratos comerciais e contratação comercial; aspetos gerais e especificidades	249
18.1. Negócio jurídico e contrato	250
18.1.1. Conceito de negócio jurídico	250
18.1.2. Noção de contrato	251
18.1.3. Negócios causais e abstratos	251
18.2. Contratos civis e contratos comerciais	251
18.2.1. Aspetos comuns	251
18.2.1.1. A autonomia privada; sentido e âmbito	252
18.2.1.2. Boa fé; culpa <i>in contrahendo</i> , aparência e tutela da confiança	253
18.2.1.3. Contratos típicos e atípicos; nominados e inominados	254
18.2.1.4. Requisitos gerais de validade (formal e substancial) e de eficácia dos negócios jurídicos e, em particular, dos contratos comerciais	254
18.2.2. Diferenciação entre contratos civis e comerciais relativamente a um mesmo tipo negocial; critério	255
18.2.3. Contratos puramente civis e contratos exclusivamente comerciais	256
18.3. Regras específicas e princípios subjacentes à contratação comercial	256
18.3.1. Regime especial dos contratos comerciais	256
18.3.2. Normas especificamente aplicáveis às obrigações comerciais	257
18.3.2.1. Solidariedade passiva	257
18.3.2.2. Responsabilidade (na fiança) do fiador mercantil	258
18.3.3. Juros comerciais	258
18.3.3.1. Regime legal	258
18.3.3.2. Aplicação automática de juros aos pagamentos das transações comerciais	260
18.3.3.3. Obrigatoriedade de pagamento de juros de mora pelo Estado	261
18.3.3.4. A questão dos juros de mora nos títulos cambiários	261
18.3.4. Prescrição	262
18.3.5. Obrigação geral de segurança relativa a produtos e serviços	263
18.3.6. Práticas comerciais desleais e proibição de discriminação em função do sexo no acesso a bens e serviços	263
18.3.7. Balanço sobre as regras específicas e princípios subjacentes à contratação comercial	263
18.4. A contratação comercial no século XXI	264
18.4.1. O recurso a cláusulas contratuais gerais e os negócios rígidos	264

18.4.2.	Contratação (normal e automática) à distância e comércio eletrónico	265
18.4.2.1.	Vendas à distância	266
18.4.2.2.	Serviços financeiros à distância	268
18.4.2.3.	Vendas automáticas (através de autómato)	268
18.4.2.4.	O comércio eletrónico	271
18.4.2.5.	Contratação fora do estabelecimento comercial	273
18.4.3.	O equilíbrio (de prestações) na contratação; o caso dos contratos de <i>swap</i>	274
18.5.	Os contratos comerciais internacionais	279
18.5.1.	Autonomia e principais contratos; <i>remissão</i>	279
18.5.2.	Os princípios relativos aos contratos comerciais internacionais (elaborados pelo UNIDROIT); breve referência	280
19.	Contratos instrumentais dos contratos comerciais: as garantias	280
19.1.	Garantias clássicas	281
19.1.1.	Espécies de garantias	281
19.1.2.	Garantias pessoais	282
19.1.2.1.	Fiança	282
19.1.2.2.	Aval	283
19.1.3.	Hipoteca	284
19.1.4.	Penhor	285
19.1.5.	Penhor bancário	286
19.2.	Garantias financeiras	286
19.2.1.	Penhor financeiro	286
19.2.2.	Alienação fiduciária em garantia	287
19.3.	Garantia bancária autónoma (à vista ou <i>on first demand</i>)	288
19.4.	Outras garantias	288
19.4.1.	As cartas de conforto	288
19.4.2.	O direito de retenção	289
20.	Contratos comerciais de organização	290
20.1.	Enquadramento normativo	290
20.2.	Associação em participação	290
20.2.1.	Conceito	290
20.2.2.	Regime jurídico	291
20.2.2.1.	Forma	291
20.2.2.2.	Direitos e deveres do associado	291
20.2.2.3.	Direitos e deveres do associante	291
20.2.2.4.	Prazo	292
20.2.3.	Confronto com figuras afins	292
20.2.3.1.	Sociedade em comandita	292
20.2.3.2.	Sociedade oculta	292

20.2.3.3. Negócios parciários	293
20.2.4. Natureza jurídica	293
20.3. Consórcio	294
20.3.1. Noção	294
20.3.2. Regime jurídico e modalidades	296
20.3.2.1. Forma	296
20.3.2.2. Modalidades de consórcio	296
20.3.2.3. Deveres e direitos dos consorciados	297
20.3.2.4. Modificação do consórcio	297
20.3.2.5. Duração	298
20.3.3. Confronto com figuras afins; <i>remissões</i>	298
21. Compra e venda comercial	298
21.1. Enquadramento normativo	298
21.2. Noção	299
21.3. Regime jurídico	299
21.4. Compra e venda civil e compra e venda comercial	300
21.5. Modalidades de compra e venda comercial	300
21.6. Vendas automáticas e outras vendas à distância; <i>remissão</i>	301
21.7. A compra e venda internacional de mercadorias; <i>remissão</i>	301
21.7.1. Caracterização	301
21.7.2. Direito aplicável: a Convenção da Haia	301
21.7.3. Os <i>incoterms</i>	302
21.8. A troca comercial; <i>remissão</i>	303
22. Representação comercial	304
22.1. A representação comercial: origem, significado e enquadramento normativo	304
22.2. O mandato comercial	305
22.2.1. Conceito e características	305
22.2.2. Categorias de mandatários	305
22.2.2.1. Gerente de comércio	305
22.2.2.2. Balconistas e caixeiros	305
22.2.3. Regime jurídico	306
22.2.3.1. Forma	306
22.2.3.2. Estatuto	306
22.2.3.3. Efeitos	306
22.2.3.4. Extinção	307
22.3. Contrato de comissão	307
22.3.1. Noção	307
22.3.2. Regime jurídico	308
22.3.2.1. Forma	308
22.3.2.2. Objeto	308

22.3.2.3. Partes e respetivos direitos e deveres	308
22.4. Outras formas de representação comercial; <i>remissão (contratos de distribuição)</i>	309
22.5. A representação internacional; a Convenção da Haia de 1978; <i>remissão</i>	309
23. Mediação	310
23.1. Noção	310
23.2. A intermediação financeira; <i>remissão</i>	310
23.3. Mediação imobiliária	311
23.4. Outros contratos de mediação	312
23.5. A intermediação internacional; <i>remissão</i>	312
24. Contratos de distribuição	313
24.1. Distribuição direta e indireta	313
24.2. Agência	314
24.2.1. Conceito e disciplina legal	314
24.2.2. Agência internacional; <i>remissão</i>	315
24.3. Concessão comercial	315
24.4. Licença de direitos privativos de propriedade industrial e contrato de transferência de tecnologia	316
24.4.1. Licença de marca e de patente	316
24.4.2. <i>Merchandising</i>	317
24.4.3. Transferência de tecnologia e assistência técnica	317
24.5. <i>Franchising</i>	318
24.6. Contratos afins	319
24.6.1. Contratos de gestão: o <i>engineering</i> e contratos atípicos	319
24.6.2. Contrato “chave na mão”	319
25. Contrato de transporte	319
25.1. Noção e modalidades	319
25.2. Enquadramento normativo	320
25.3. Regime jurídico	322
25.3.1. Sujeitos	322
25.3.2. O título de transporte e a forma do contrato	323
25.3.3. Outros aspetos do regime legal do contrato	324
26. Contrato de seguro	325
26.1. Noção e elementos essenciais	325
26.2. Enquadramento normativo; legislação e regimes jurídicos especiais	326
26.3. Ramos e modalidades	328
26.4. As partes e outros sujeitos	329
26.5. Alguns aspetos do regime legal	330
26.5.1. Formação do contrato e respetivo conteúdo	330

26.5.2. Participação do sinistro	331
26.5.3. Âmbito do dever de indemnizar e determinação do dano	331
27. Contratos bancários e financeiros	332
27.1. Operações bancárias	332
27.2. Relação contratual bancária	333
27.3. Relacionamento negocial típico	334
27.3.1. Enquadramento	334
27.3.2. Abertura de conta	336
27.3.3. Depósito	338
27.3.4. Transferência	341
27.3.5. Cartão de débito	342
27.3.6. Conta-corrente bancária	342
27.4. Contratos bancários eventuais	347
27.4.1. Convenção de cheque	347
27.4.2. A abertura de crédito	351
27.4.3. Cartão de crédito	353
28. Outros contratos comerciais	353
28.1. Contrato de publicidade	353
28.1.1. Conceito e enquadramento legal	353
28.1.2. Vertentes	354
28.1.3. Contrato de patrocínio	354
28.2. Locação comercial	355
28.2.1. Aluguer (mercantil)	355
28.2.2. Arrendamento comercial	356
28.2.3. Contrato de instalação de loja em espaço comercial	356
28.2.4. Locação de estabelecimento comercial; <i>remissão</i>	356
28.2.5. Contratos de hospedagem	357
28.2.5.1. Contrato de hospedagem ou de hotelaria	357
28.2.5.2. Alojamento local	357
28.2.6. Locação financeira	359
28.2.7. Outros contratos de locação (comercial)	359
28.2.7.1. Aluguer de longa duração (ALD)	359
28.2.7.2. <i>Renting</i>	360

CAPÍTULO V

Instrumentos comerciais e financeiros

29. Títulos de crédito em geral	362
29.1. Conceito de título de crédito	362
29.1.1. Crédito, título e documento	362

29.1.2. Funções jurídico-económicas	363
29.1.3. Conceito de título de crédito adotado	363
29.2. Características dos títulos de crédito	364
29.2.1. Literalidade	364
29.2.2. Autonomia e abstração	365
29.3. Pretensas características: incorporação, legitimação e transmissibilidade	368
29.3.1. Incorporação	369
29.3.2. Legitimação	369
29.3.3. Transmissibilidade (circulabilidade)	370
29.4. Espécies de títulos de créditos	371
29.5. Os títulos impróprios	372
29.5.1. Títulos de legitimação	372
29.5.2. Comprovantes de legitimação	372
29.6. Os “títulos” quanto ao modo de circulação	372
29.7. A relação entre o negócio cartular e o negócio subjacente	373
29.7.1. O negócio subjacente	373
29.7.2. Direito cartular e convenção executiva	374
29.7.3. Natureza jurídica do negócio cartular	375
29.7.4. Formação da obrigação cartular	376
29.7.5. As relações cartulares; imediatas e mediatas	377
29.7.6. Relação existente entre o negócio cartular e o negócio causal; <i>remissão</i>	378
29.8. Extinção e reforma dos títulos de crédito	379
29.8.1. Recuperação do valor do título de crédito em caso de extinção ou deterioração do documento	379
29.8.2. Extinção por destruição, total ou parcial, ou obliteração	380
29.8.3. Extinção do título por ineficácia e extinção do próprio direito incorporado	380
29.8.4. Reforma dos títulos de crédito	381
30. Títulos de crédito em especial	383
30.1. A letra de câmbio	384
30.1.1. Caracterização	384
30.1.1.1. Conceito e requisitos da letra	384
30.1.1.2. Letra em branco e pacto de preenchimento	385
30.1.2. Regime jurídico	386
30.1.2.1. Saque	386
30.1.2.2. Aceite	386
30.1.2.3. Endosso	387
30.1.2.4. Aval	389
30.1.2.5. Vencimento	390
30.1.2.6. Pagamento	391

30.1.2.7. Protesto e direito de regresso	393
30.2. A livrança	393
30.2.1. Caracterização	393
30.2.2. Regime jurídico aplicável	394
30.3. O cheque	394
30.3.1. Conceito e caracterização do cheque enquanto título de crédito	395
30.3.2. Quadro legal	396
30.3.2.1. A Lei Uniforme de Genebra	397
30.3.2.2. Outros diplomas legais	397
30.3.2.3. Avisos e Instruções do Banco de Portugal	397
30.3.3. Traços gerais do regime jurídico	398
30.3.3.1. Requisitos do cheque	398
30.3.3.2. Emissão	399
30.3.3.3. Transmissão	400
30.3.3.4. Aspetos característicos do regime jurídico (relativamente à letra)	403
30.3.4. O regime jurídico-penal do cheque sem provisão	405
30.3.5. Cheque com função de garantia	406
30.3.6. O cheque enquanto título de executivo	407
30.3.7. A revogação do cheque	410
30.3.8. Deficiente utilização do cheque; a rescisão da convenção de cheque	413
30.3.9. Falsificação do cheque	414
31. Valores mobiliários	417
31.1. Enquadramento; a desmaterialização dos títulos de crédito	417
31.1.1. Significado e justificação	417
31.1.2. Os valores mobiliários escriturais	420
31.1.2.1. As ações escriturais	420
31.1.2.2. A problemática da qualificação dos valores mobiliários como títulos de crédito	421
31.1.3. Direito positivo: o Código dos Valores Mobiliários	422
31.2. Ações	423
31.2.1. Ação como participação social	423
31.2.2. Ação como documento (título); crítica	424
31.2.3. Ação como fração do capital; crítica. As ações sem valor nominal	424
31.2.4. O conceito de ação na atualidade	425
31.3. Obrigações	427
32. Meios de pagamento	429
32.1. Quadro	429

32.2. Numerário	430
32.3. Cheque	430
32.3.1. Enquadramento	431
32.3.2. Conceito e significado do cheque como meio de pagamento	432
32.4. Transferência (eletrónica) de fundos	434
32.4.1. Finalidade e evolução	434
32.4.2. Conceito e enquadramento	434
32.4.3. Operações	436
32.4.3.1. O recurso a “caixas automáticas”	436
32.4.3.2. Pagamento eletrónico	437
32.4.3.3. Pagamento por POS	438
32.4.3.4. Transferências (regulares) pré-autorizadas ou domiciliadas	439
32.4.3.5. Transferências por telecomunicações (<i>wire transfers</i>)	439
32.5. Cartões de pagamento	440
32.5.1. Enquadramento	440
32.5.2. Cartão de crédito	442
32.5.3. Cartão de débito	445
32.5.4. Cartão multifunções	447
32.5.5. Cartão pré-pago	449
32.6. Meios de pagamento internacionais	449
32.6.1. Enquadramento	449
32.6.2. Pagamentos diretos	450
32.6.3. Pagamentos por meios documentários emitidos por bancos	450
BIBLIOGRAFIA	453
ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA	479

